

CONSENSO DO URBANISMO E QUESTÕES SOBRE A CIDADE

*Ana Fernandes**

Resumo

A generalização e a banalização de conceitos relativos às questões urbanas vêm operando na formação de um novo consenso sobre a cidade no discurso urbanístico contemporâneo, mais especificamente em sua vertente neo-tradicionista. Desta maneira, a idealização da cidade e as intervenções daí advindas travestem o que seria espaço de conflito em espaço de consenso. O processo de urbanização encontra-se então desvinculado de problematizações, tornando-se mecânico e auto-reprodutor, uma “manufatura do consentimento” (Chomsky) que entrava o desenvolvimento da instância pública da vida social. Neste cenário a urbanidade pode funcionar como conceito-guia no campo do projeto urbano em sua dimensão ética, através de experiências que apontam para outras formas de construção de valores e significados no desenvolvimento das cidades.

1. Introdução

Embora conflitos estejam particularmente ativos na cidade contemporânea, assiste-se a uma generalização e banalização de conceitos analíticos e propositivos (ou mesmo de teorias) que tendem a transformar em equivalentes, práticas urbanas diferenciadas em sua efetivação social.

Nesse sentido, tanto a crítica ao funcionalismo e ao zoneamento enquanto expressão da falência de uma forma limitada de atuação sobre a cidade quanto a eleição de conceitos como memória, história, tradição, comunidade, lugar, auto-sustentabilidade, qualidade ambiental como eixos-guia de intervenção vêm deixando de ser valores diferenciadores

* Professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

das práticas públicas de intervenção sobre as cidades para se transformarem, por diferentes razões e por lógicas próprias de reprodução, em termos consensuais de legitimação das ações implementadas no espaço urbano. Diga-se de passagem que as próprias intervenções – particularmente em termos dos programas desenvolvidos – guardam também similaridades impressionantes: todos devemos ter orlas, portos refeitos, centros simbólicos, *shoppings* culturais, museus, lugares de memória, espaços de cultura, parques, praças e jardins, zonas de uso misto, etc..

Sem discutir aqui o significado específico de cada projeto, podemos detectar o fato de, em sendo exemplos tão distintos, se referenciarem em um vocabulário relativamente comum: Celebration, a cidade da Disney na Flórida, tem como seus principais conceitos os de comunidade, lugar, saúde, educação, tecnologia; o Viva o Centro, em São Paulo, faz referência a memória, história, comunidade, lugar; Alagados ou o Candeal, na Bahia, buscam a comunidade, a história, a identidade, a qualidade ambiental; projetos de prefeituras progressistas insistem sobre as questões de qualidade ambiental, comunidade, auto-sustentabilidade; financiamentos do Banco Mundial têm entre seus critérios de liberação a implementação de qualidades como memória, comunidade e auto-sustentabilidade; ou mesmo propagandas veiculadas recentemente pela televisão brasileira dão conta de que “sem o patrimônio...”.

Esses termos formam assim uma espécie de língua geral da cidade contemporânea, e são citados em conjunto ou separadamente, com maior ou menor ênfase. Configura-se uma espécie de internacionalismo do particularismo aliado a um império de metodologias “generosamente” implementadas ou apoiadas por organismos internacionais.

Mesmo considerando que os campos da prática social são carregados de tensões e de conflitos e portanto dificilmente lisos e homogêneos, interessa-nos discutir aqui a formação de um novo consenso sobre a cidade no discurso urbanístico contemporâneo e algumas de suas decorrências sobre a cidadania, particularmente no que tange ao espaço público.

2. Urbanismo contemporâneo

Correndo conscientemente o risco de uma redução, vamos nos valer de uma classificação bipolar do urbanismo contemporâneo definida a partir de três pares de oposição: de um lado, uma vertente que designamos como *histórico-ecológico-*

comunitária e, de outro, uma vertente que chamamos de *teórico-tecnológico-anômica*.

A primeira vertente, como o próprio nome indica, privilegia a tradição enquanto principal elemento de concepção da forma, a qualidade ambiental como guia para o funcionamento das cidades e a referência à comunidade ou à participação comunitária enquanto valor social a ser implementado. Entre os inúmeros modos de se operarem esses conceitos, sobressai e tem ampliado sua esfera de influência particularmente aquela embasada em uma visão complacente e idealizada do passado, inadimplente com a formação de novos valores urbanos e restrita na concepção implementada de comunidade.

De origem inicialmente européia, essa visão foi desenvolvida, e assumida enquanto tal sobretudo por urbanistas norte-americanos², e se auto-define como um movimento intitulado neo-urbanismo ou neo-tradicionalismo³. O neo-tradicionalismo parte de uma justa crítica à expansão urbana norte-americana ancorada particularmente na generalização dos subúrbios sobre o território. Dessa crítica deriva, no entanto, a negação da cidade contemporânea e a (permanente) busca da cidade tradicional – em geral, pré-metropolitana – identificada como o *locus* ideal da vida coletiva e simbólica. Daí se originam várias propostas que privilegiam, grosso modo, diversas formas de tradição urbana, de urbanismo clássico e de paisagens pastorais e sentimentais⁴.

Essa corrente poderia ser colocada em oposição à segunda vertente, que opta explicitamente pelo contemporâneo como forma de elaborar o raciocínio propositivo para as cidades: a forma é problematizada no campo interno à própria disciplina e em sintonia com os campos da crítica de arte e da filosofia; a tecnologia é base para se

² Particularmente por Andres Duany e Elizabeth Platter-Zyberg, da Flórida e Peter Calthorpe, da Califórnia. Em outubro de 1993 é fundado o CNU – Congresso pelo Neo-Urbanismo – uma coalizão, na época, de 275 arquitetos, *designers*, urbanistas e jornalistas (uma espécie de CIAM ampliado dos anos 90). Entre os europeus, destaca-se particularmente o arquiteto Leon Krier e suas idéias sobre a cidade tradicional. Ainda na Europa, incentivado pelo príncipe de Gales, o Urban Villages Forum contava com cerca de 250 membros em 1997. Cf. Flanagan (1996) e Knevitt (1997).

³ Esse tema está melhor desenvolvido no texto “Cidades Neo-Tradicionais: Exemplo?” apresentado pela autora ao seminário “Conservação e Desenvolvimento Sustentável Urbano: uma Estrutura Teórica”, realizado em Recife em outubro de 1998.

⁴ Entre os exemplos mais acabados dessa forma de entender e projetar a cidade estão Seaside, na Flórida, concebida por Andres Duany e Elizabeth Platter-Zyberg e Celebration, também na Flórida, com plano de desenvolvimento concebido por Rober Stern e Robertson.

pensar o funcionamento dos grandes fluxos urbanos e as próprias possibilidades de concepção e representação projetual; a estrutura de socialização é centrada num indivíduo em constante e crescente deslocamento⁵. A partir da constatação de uma “fraca ontologia”⁶ da cidade contemporânea, ela passa a ser entendida como fragmentos irreconciliáveis numa “ordem” regida pelo caos. A positividade possível e necessária ao objeto urbanístico operaria na contradição e convivência constantes entre velha e nova ordem urbana, a partir de conceitos como nomadismo, efemeridade, deslocamento, desregulamentação e jogo⁷. Essa vertente tem merecido uma grande exploração conceitual e alguma realização prática, particularmente em planos de expansão urbana.

O consenso estético, moral e político tem se baseado essencialmente na primeira vertente e tem dado origem a um conjunto de intervenções que, em sua maioria, banalizam o conteúdo de seus conceitos-guia e dão origem a desenvolvimentos conservadores, do ponto de vista dos processos dominantes de estruturação do território (que simplesmente negam), mas também do ponto de vista social (são desenvolvimentos restritos e exclusivos) e formal (são repetitivos, normativos ao extremo e em geral cenográficos). No Brasil, algumas ações sobre centros históricos, sobre novos desenvolvimentos turísticos e mesmo a concepção/projeção de novas cidades ou novos condomínios tem reproduzido esse padrão e crescentemente esses valores⁸.

3. Da crítica urbana à celebração urbana anti-metropolitana

Essa parece ser a trajetória conceitual (e material) dominante em curso, que tende cada vez mais a fazer convergir em torno de uma urbanidade ideal, banalizada e controlada um conjunto de ações e de práticas de intervenção dificilmente diferenciáveis a partir de seus enunciados. Assim, ao mesmo tempo em que uma “mania” pelo espaço público se generaliza

⁵ É de se perguntar como operam os níveis de sociabilidade urbana, se é que ainda se pressupõe a existência deles.

⁶ Nicolini (1995).

⁷ Entre outros, podemos citar Rem Koolhaas, Bernard Tschumi, Zaha Hadid, Stan Allen. Um belo exemplo desta discussão se encontra também na revista *Lotus International* n. 84, fev. 1995, onde várias entrevistas foram realizadas com urbanistas de destaque na atualidade.

⁸ O desenvolvimento de um mercado internacional de trabalho na área vem influenciando bastante essa difusão, particularmente através da associação entre alguns escritórios brasileiros e americanos.

e ele se torna objeto de construção, ampliação, recomposição ou requalificação, é nítido o acoplamento desta tendência a uma visão estável e edulcorada do espaço público, onde o espaço do conflito é subtraído e travestido em espaço do consenso⁹.

Pugna-se pela harmonia e placidez do espaço público com três características importantes:

- os limites para o uso do espaço passam a ser claros e demarcados;
- a sociabilidade é vigiada e estruturada temporalmente, com grades e segurança pública ou privada;
- a atribuição de significados é estável, através de um repertório já conhecido no campo do construído, da paisagem ou dos usos. Ou seja, o mundo possível é apenas o mundo já existente, o mundo prévio.

Clama-se ainda pela legibilidade do espaço. Talvez pudéssemos lembrar Henri Lefebvre, para quem a legibilidade é pobreza de expressão; é redundância; o legível é o branco. Mas sobretudo, para ele, “o legível dissimula o que omite”¹⁰. E o que está sendo omitido?

Quatro ordens de coisas:

- em primeiro lugar, que o território do consenso e da estabilidade é o corolário de um conformismo generalizado e uma escalada da insignificância¹¹;
- que a filosofia positiva, o corolário do pensamento relativo ao pragmatismo dos resultados, tem como seu triunfo um universo fechado¹²;
- que a formação de novos valores de vida urbana tem sido deixada exclusivamente para a esfera do consumo, que tem colonizado os territórios mais íntimos da história, da memória e da cultura, numa velocidade surpreendente; ou seja, ela é esfera mesma de produção do consenso;
- que o território do consenso é também o território da exclusão e, por conseguinte, da violência.

⁹É interessante perceber como, no final dos anos 90, é generalizada a política de expulsão dos camelôs dos espaços públicos centrais brasileiros.

¹⁰ Lefebvre (1976).

¹¹ Castoriadis (1998).

¹² Marcuse apud Châtelet (1998).

4. Perspectivas: urbanizar a cidade¹³

A insignificância, o universo fechado, o consumo voraz e a violência são, portanto, elementos de um mesmo modo de reprodução social no qual as proposições que estão sendo implementadas para as cidades se espelham e ajudam a estruturar. É nesse sentido que a questão “urbanizar a cidade?” pode atuar como guia na reflexão sobre as perspectivas para a cidade, na medida em que volta a problematizar qual o sentido dado ao conceito de urbanização.

Urbanização diz respeito ao aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho e à decorrente ampliação do processo de cooperação entre os homens¹⁴ assim como a uma lógica de estruturação do território. No Brasil, o termo ganhou também significado cidadão: urbanizar (em geral favelas ou invasões) ou reurbanizar (em geral trechos de cidades) se popularizou como termo de designação de modos de intervenção e significou, por mais contraditórias e/ou restritas que possam ter sido as políticas urbanas implementadas, a adesão a um sentido positivo de melhoria, de adequação, de consonância. Isso é, ao mesmo tempo, uma restrição do conceito – que deixa de contemplar o processo mais geral – e sua ampliação: ultrapassa o seu sentido descritivo e analítico para problematizá-lo também no campo da ética¹⁵.

No entanto, esse vínculo hoje está extremamente tênue, na medida em que o processo de urbanização tende a se desprender de qualquer significado ético e está cada vez mais aderido à pura e simples ampliação do processo de mercantilização das coisas, dos seres e do mundo e a uma exclusão sem precedentes. Como perspectiva, coloca-se então a necessidade de se retomar esse vínculo, ou seja, de problematizar uma transformação do modo pelo qual o processo de socialização e interdependência entre os homens tem se realizado: num consumo visceral e crescente, na pretensa virtuosidade do mercado como único – ou o grande – mecanismo de regulação social e na eleição da temporalidade breve (a do fogo de artifício, como diria Braudel¹⁶) como única a ser

¹³ Questão levantada como mote de discussão na *1a. Jornada Científica Saber Urbano e Linguagem*, realizada pelo Labeurb/Unicamp em agosto de 1998.

¹⁴ Castells(1983); Santos(1985).

¹⁵ Essa, aliás, seria para Topalov (1991) a própria possibilidade de existência do campo de estudos urbanos.

¹⁶ Braudel (1969).

contemplada no horizonte social.

Nesse processo de auto-reprodução mecânica e consensual da sociedade, parece vital contrapor-se àquilo que Chomsky chamou de manufatura do consentimento, que é a colonização da vida cotidiana em sua esfera mais íntima¹⁷.

No que diz respeito especificamente à proposição para as cidades – do ponto de vista social, funcional e formal – a busca de alguma forma de interromper esse movimento quase mecânico de reprodução social pode também ser encontrada em alguns autores contemporâneos. Como Gregotti¹⁸, que espera transformar a atopia em solidariedade como necessidade íntima (da sociedade), Frampton¹⁹ opõe a ação por super-ação à ação pela não ação, retomando o “cultivo de um quieto mas pertinente minimalismo”, o que, através da metáfora do silêncio e da pausa, do vazio e do horizonte, resultaria numa paisagem capaz de jogar um papel crítico e compensatório em relação à mercantilização corrente e destrutiva do mundo²⁰.

Ora, é ainda nesse sentido de se contrapor aos processos dominantes e dilacerantes da sociedade de massas que destacamos novamente o papel do público. É a instância pública da vida social que é a responsável por marcar fatos significantes na vida das sociedades. Nesse sentido, o conservadorismo com que o espaço público vem sendo tratado não contribui em nada para a formação de um imaginário coletivo de afirmação de uma identidade pública, oferecida e desenvolvida pela sociedade.

Nesse campo, a urbanidade pode funcionar como um conceito-guia e como “princípio-esperança”²¹ no campo do projeto urbano em sua dimensão ética.

A urbanidade é aqui entendida “enquanto amadurecimento das relações políticas e

¹⁷ Chomsky(1998).

¹⁸ Apud Frampton (1995).

¹⁹ Frampton, (1995).

²⁰ Numa outra perspectiva, o geógrafo Milton Santos também trata da questão do tempo lento como alternativa cultural ao tempo presente (Santos, 1996). Não por acaso, o movimento dos sem-terra parece ser, no momento, aquele que, de fato, consegue deslocar o círculo de aprisionamento e de controle da consensualidade dominante. A densidade do real é tamanha que não há representação; não há fala possível; não há mediação: “é a experiência pura da ordem”.

²¹ Conforme definido por Lipietz (1991).

sócio-culturais no urbano²², mas em uma forma particular de apreensão, ou seja, na relação entre uma forma de convivibilidade social e a organização física do espaço²³. A partir dos programas desenvolvidos e de uma leitura da organização do espaço existente ou projetado, pode-se perceber como a perspectiva de formação de valores e de construção social está sendo recolocada no espaço físico e simbólico, conformando e confirmando horizontes e ideologias de urbanidade. Nesse sentido, experiências urbanísticas – que buscam seja uma abertura ao público, com diversos processos de participação social, seja a utilização de novos paradigmas em sua concepção, seja ainda a consolidação do espaço público pela utilização de processos e/ou de linguagens que estimulam a formação de novos valores e significados – apontam para diferentes formas de construção de uma urbanidade que, ainda que hipotética, tende a se definir também em função desse campo de atuação.

A questão é como manter o grau de socialização sem seu corolário de adesismo, passividade ou do consumo desenfreado, sem criar consensos quase-absolutos. A questão é como conhecer e legitimar limites. Não o limite que exclui, mas aquele, como disse Hannah Arendt, a partir do qual alguma coisa passa a acontecer. Afinal, o limite é também uma experiência de liberdade²⁴.

Résumé

La généralisation et la banalisation des concepts relatifs aux questions urbaines opèrent dans la formation d'un nouveau consensus sur la ville dans le discours urbain contemporain, surtout dans sa version neo-traditionaliste. L'idéalisation de la ville et les interventions qu'en adviennent travestissent ce qui serait espace du conflit en espace du consensus. Le processus d'urbanisation n'est pas problématisé en devenant mécanique et auto-reproducteur, une "manufacture du consentement" (Chomsky) qu'empêche le développement de la sphère publique de la vie sociale. Dans ce scénario la notion d'urbanité peut fonctionner comme un guide dans le champ du projet urbain dans sa dimension éthique, à travers des expériences qu'indiquent d'autres formes de construction des valeurs et des signifiés dans le développement des villes.

²² A definição é de Ribeiro (1996).

²³ A formulação é de (Choay, 1996). Valeria ainda a pena lembrar Henry Lefebvre que concebe o espaço como uma categoria fundamental da política.

²⁴ Castoriadis (1998).

BIBLIOGRAFIA

- Braudel, Fernand (1969) *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion.
- Castoriadis, Cornelius (1998) "Stopper la Montée de l'Insignifiance". In *Le Monde diplomatique*, agosto.
- Châtelet, Gilles (1998) "Relire Marcuse pour ne pas Vivre comme des Pores". In *Le monde diplomatique*, agosto.
- Choay, Françoise (1996) "Os Destinos da Cidade Européia nos séculos XIX e XX". In *Revista Rua n. 6*, julho/dezembro. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/UFBA.
- Chomsky, Noam (1998) "Machines à Endoctriner". In *Le monde diplomatique*, agosto.
- Fernandes, Ana (1998) *Cidades neo-tradicionais: exemplo?* Recife: CECI/MDU/UFPE; mimeo.
- Flanagan, Barbara (1996) "Cause to Celebrate?". In *The metropopitan home*, setembro/outubro.
- Frampton, Kenneth (1995) *Studies in tectonic culture*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- Knevitt, Charles (1997) "In the News". In *The architects journal*, fevereiro.
- Lefebvre, Henri (1976) *Espacio y política. El derecho a la ciudad II*. Barcelona: Ed. Península.
- Lipietz, Alain (1991) *AUDÁCIA: Uma alternativa para o Século XXI*. São Paulo: Nobel.
- Nicolin, Pierluigi (1995) *Lotus international*, n. 84, fevereiro.
- Ribeiro, Ana Clara Torres (1996) *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro: JOBRAN Livraria e Editora.
- Santos (1996) *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Topalov, Christian (1991) "Os Saberes sobre a Cidade: tempos de crise?". In *Espaço e debates*, n. 23. São Paulo: NERU.